

## **A viabilidade política do patrimônio: estudo do Museu da Língua Portuguesa**

*Pedro de Alcantara Bittencourt Cesar<sup>1</sup>  
Beatriz Veroneze Stigliano*

**RESUMO:** Analisa-se a formação de um atrativo cultural, o Museu da Língua Portuguesa, localizado em São Paulo, sob a ótica das cartas Patrimoniais. Destaca-se que, durante todo o transcorrer do século XX, as Cartas patrimoniais têm sido instrumento de políticas de utilização e conservação do patrimônio, apresentando uma série de recomendações definidas por diversos órgãos trans-nacionais e nacionais, com valores ambíguos. Desta forma, ressaltam-se aquelas utilizadas por órgãos de preservação, para uma análise sobre sua relação com a contemporaneidade da visitação cultural e turística. Com tal arcabouço, contextualiza-se o Museu da Língua Portuguesa, instituição, recém inaugurada, considerada modelo de utilização, contrastando os preceitos utilizados em sua construção.

### **Introdução**

Na Constituição Federal de 1934, é notória, como marco, a proteção do patrimônio brasileiro, definindo a competência do Estado para sua proteção (BRASIL, 1934). Neste período, cria-se, também, o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IPHAN (PELLEGRINI FILHO, 1997, p.105), vinculado ao Ministério da Cultura. Na Constituição de 1988, foram promovidas várias inovações legais, dedicando uma maior atenção ao patrimônio cultural brasileiro. Entretanto, a formação do estatuto regulatório da política de preservação do patrimônio nacional tem por base as Cartas Patrimoniais, nome dado a documentos desenvolvidos por órgãos de preservação que têm como característica sua abordagem *pluri* nacional. Escritas por vários grupos classe, de perspectivas ideológicas diversas ou representantes de entidades governamentais, tais cartas referenciam os valores patrimoniais quanto à utilização e sua relação com a sociedade. Nesta pesquisa, estudam-se suas diversas relações, ou seja, o contexto global institucional, em que são elaboradas, além de analisar suas indicações quanto às re-funcionalização e composição do patrimônio arquitetônico e urbano, e

---

<sup>1</sup> CICOP-Brasil. E-mail: pedrotur@usp.br

seu desdobramento nas lógicas de utilização patrimonial. Ao analisar suas bases conceituais, pesquisam-se seus promotores e elaboradores e busca-se refletir sobre o **Museu da Língua Portuguesa**, com uma análise crítica deste local, recém aberto, com forte apoio da indústria cultural do país, e suas relações com as Cartas Patrimoniais.

### **Período anterior das Cartas**

Para muitos, as Cartas Patrimoniais uniformizam os discursos do cuidado (SALCEDO, 2007, p.26). Entretanto, ao serem elaboradas por grupos de interesses diversos, muitas vezes, competem nas suas lógicas quanto aos princípios de autenticidade, de restauro do objeto, de inventário, de hierarquia, de valores artísticos, embora tenham influenciado a formulação de políticas de visitação e utilização diversas. No processo de conservação dos bens, as abordagens ideológicas e construtivas de duas personalidades antagônicas constituem a base de sua fundamentação: John Ruskin e Eugenio Violet Le-Duc (CESAR, 2007).

São marcos fundamentais para a definição do conceito o *III Congresso degle engegneri e architetti italiano* (1883), além do Congresso Internacional sobre a Proteção de Obras de Artes e dos Monumentos (1889) e do Congresso Internacional de História e de Arte (1921) (LUSO, LOURENÇO e ALMEIDA, 2004). No encontro de outubro de 1930, realizado pela Liga das Nações, atinge-se em uma dimensão internacional, e estudam-se os métodos científicos para o exame e preservação da obra de arte.

### **Carta de Atenas de 1931 e seus desdobramentos**

Meses depois, realiza-se, em Atenas, o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumento, onde se elabora o primeiro documento de uma série de recomendações internacionais de conservação, manutenção e utilização do bem cultural. É proposto, na Carta de Atenas (1931), o respeito histórico e artístico, a não re-funcionalização e o respeito ao monumento. Dá-se estatuto à lógica de utilização de gabarito para a distinção de uma valorização visual do patrimônio em questão. Outros conceitos propostos são: o envolvimento de múltiplas disciplinas na definição da intervenção e o respeito ao original, além da necessidade da preservação do entorno, o que pode ser visto por uma atuação da atividade

turística. Sugere-se, ainda, que cada nação realize seu próprio inventário do patrimônio cultural e, para tal, embora não se arbitre definição de categorias e hierarquias, os focos são os edifícios e conjuntos arquitetônicos de importância histórica. Para tal, define-se o patrimônio pelas relações do espaço, da paisagem e da trama urbana adjacentes, como edifício e conjunto arquitetônico importante. Elege-se o Estado como responsável pela salvaguarda do monumento, e aconselha-se a elaboração de legislação que garanta seu direito legal.

Fig. 1 Liga das Nações



Fonte: ONU, 2008

Num período relativamente próximo, elabora-se a carta homônima (Atenas 1933), do Movimento Modernista. Marca uma preferência na definição dos contornos urbanos pelos princípios do urbanismo e sendo como parâmetro no enfoque da necessidade de construções funcionalista, amplas e ensolaradas. Caracteriza-se como documento referencial para as fundamentações ideológicas, principalmente na América Latina, e, profundamente, no Brasil, em seus projetos de urbanismo ditados por muitas gerações (FONSECA, 2005 e CAVALCANTE, 2000). Com um discurso universalista e generalizante, no qual se pretendia a aplicabilidade em qualquer situação, gera, de uma forma inusitada, a contestação de novos arquitetos, nos outros encontros do CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Situação relatada no confronto do encontro de 1959, em Dubrovnik (Iugoslávia).

Fig. 2 – Cartaz do CIAM



Anos mais tarde, a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura realiza, na cidade indiana de Nova Delhi, uma Conferência Geral (1956), para tratar de questões relacionadas à arqueologia. O documento produz importantes reflexões gerais, como a perspectiva do Estado em garantir a proteção e o uso dos bens históricos, prevendo a necessidade de comunicação e acesso à comunidade internacional. Observa-se, ainda, o enfoque quanto à utilização e realização de ações educativas com a participação de estudantes (Fig.3), além da ampla divulgação e a formação de **circuitos turísticos** (Fig.4), exposições e conferências a respeito do bem cultural.

Fig. 3 – Projeto de Educação Patrimonial desenvolvido na USP



Autor: Pedro de A. Bittencourt CESAR: 2008

Em 1968, em sua 15ª Seção, são apresentadas recomendações sobre a conservação dos bens culturais, que devem ter funções para atender às necessidades da sociedade contemporânea. A necessidade da relação entre preservação dos monumentos e os projetos de planejamento urbano, principalmente em locais considerados históricos, é, reforçada. No ano de 1976, são indicadas considerações sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, caracterizada tanto por sua lógica histórica como pela tradicional. Salienta-se, ainda, a necessidade de integrar a vida contemporânea como elemento fundamental que deve ser abordado no planejamento urbano e regional. Quanto ao perigo de sua uniformização e despersonalização, expressa-se o dever das relações culturais eminentes de serem fundamentadas na identidade do lugar. Nela, atribui-se ao Estado o papel de elaborar de políticas de proteção e de “revitalização”, por meio de projetos de planejamento nacional, regional e local. Quanto à utilização dos bens, pontua-se que “seria, portanto, essencial manter as funções apropriadas existentes, e, em particular, o comércio e o artesanato e criar outras novas que, para serem viáveis a longo prazo, deveriam ser compatíveis com o contexto econômico e social, urbano, regional ou nacional em que se inserem” (UNESCO, 1976). Para tanto, é proposta a formação de pólos culturais que sirvam de referência para um desenvolvimento cultural das comunidades circundantes e inseridas.

Fig. 4 – Circuito Turístico Bandeirante:  
Proposta de Sergio Buarque de Holanda



Autor: Pedro de A. Bittencourt CESAR: 2008

A Carta de Veneza, elaborada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos (1964), define a noção atual de monumento histórico, por suas relações com o espaço (meio). No documento, recomenda-se que a **restauração** deve,

inicialmente, ser pensada com a utilização de **técnicas tradicionais**, e, somente com a impossibilidade de sua adoção, recomenda-se a vinculação de novas técnicas. Reconhece, ainda, que “as contribuições válidas de todas as épocas para a edificação devem ser respeitadas” (Carta de Veneza, art.11) Tem-se, assim, a sua integridade como estatuto patrimonial, dando margem para um amplo e longo debate dentro das especificidades científicas e ideológicas.

Entretanto, no ano de 1980, seguindo na mesma linha da **Carta de Veneza**, o ICOMOS elabora a **Carta de Burra**, na Austrália, com uma série de recomendações para a conservação e restauro, e, para tal, afirma a manutenção de um entorno visual apropriado (ICOMOS, 1980, art.8º), e o respeito a todas as alterações realizadas ao longo do tempo. Na **declaração do México**, de 1985, o ICOMOS reforça o valor de auto-afirmação, na elaboração cultural de cada povo..

Na mesma abordagem, a **Carta de Washington** (1986), com o tema: Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas, e como complemento da **Carta de Veneza** (1964), salienta a necessidade da participação da população local no sucesso da preservação (ICOMOS, 1986). O ICOMOS, no ano de 1999, contribui com o reconhecimento da atividade turística em sua **Carta Internacional de Turismo Cultural**. Nela, são estabelecidos princípios a respeito do turismo e o patrimônio, reforçando o valor da atividade turística na conservação e como instante econômico, de educação e de conscientização. Porém, reforça a necessidade de inserir as comunidades locais como beneficiárias da atividade.

Fig. 5 – Tiradentes:  
boas técnicas de restauro,  
porém população distante do processo



Autor: Pedro de A. Bittencourt CESAR: 2008

### As especificidades no continente americano

Foi promovido pela Organização dos Estados Americano (OEA), na cidade de Quito, em 1967, reunião a respeito de **conservação e utilização do monumento e lugares de interesse histórico e artístico**, associando a questão ideológica para a região. Após a publicação da Norma de Quito (1967), acirra-se o interesse sobre patrimônio cultural na utilização turística. Nestas **Normas** (1967), são apresentadas propostas concretas para a utilização do patrimônio, tendo em vista o panorama de transformação de áreas de poucos recursos econômicos dos países da América Latina. A valorização do bem patrimonial associa-se ao desenvolvimento econômico e social. Importante observar que, nesta perspectiva, os estilos ditos importados são reconhecidos por sua aculturação (Fig.6) e em suas “múltiplas manifestações locais”, que os caracterizam e distinguem (OEA, 1967), levando a estender o interesse relacionado às manifestações culturais dos séculos XIX e XX.

Fig. 6 – Edifício tombado pelo SPHAN

Bolsa do Café de Santos



Autor: Pedro de A. Bittencourt CESAR: 2008

Foca-se, assim, uma política de valorização do bem histórico, para que este cumpra novas funções, oriundas do processo de visitação, e, conseqüentemente, de incentivo ao investimento e associação do capital privado, visto como necessário para uma proteção duradoura. Nestas normas, é concretizada a importância do recorte territorial. Adotam-se, para tanto, áreas de graus específicos de cobertura, como a zona de proteção da paisagem urbana, zona de proteção e zona de proteção rigorosa, esta última com uma graduação de amparo maior. Porém, espera-se que para desenvolver tal papel, seja elaborado plano de desenvolvimento regional que insira a relação do turismo e a política de investimento.

No Brasil, tal ação desdobra-se no **Compromisso de Brasília** (1970), encontro de Governadores, prefeitos e autoridades da área de cultura, de todos os níveis, que reforça o papel do Estado na proteção dos bens culturais e atribui às universidades a pesquisa histórica e a elaboração de inventário dos bens regionais. No ano seguinte, realiza-se o **Compromisso de Salvador** (1971), que recomenda a criação de leis para ampliar as ações e usos dos bens

tombados, atendendo o conceito de ambiência, por proteção eficaz paisagística, arquitetônica e cultural. Nele, aborda-se o turismo e reforça-se a necessidade de planejar a condição ideal de utilização e divulgação. Recomenda-se ainda que “os órgãos responsáveis pela política de turismo estudem medidas que facilitem a implantação de pousadas, com utilização preferencial de imóveis tombados” (COMPROMISSO DE SALVADOR, 1971).

No ano de 1974, sob o auspício da OEA e tendo como tema a experiência na conservação e restauração do patrimônio monumental dos períodos colonial e republicano, elabora-se a Declaração de São Domingos. Tinha-se, como intuito, desenvolver reflexões como um compêndio da **Carta de Veneza** (ICOMOS-UNESCO, 1964) e das **Normas de Quito** (OEA, 1967). Nesta resolução, reforça-se o papel da iniciativa privada como agente conservador e de valorização do centro histórico, e, para tal, recomenda-se que os governos estabeleçam medidas legais para sua utilização econômica.

A **Carta de Restauo** (MIP, 1972), ao reforçar a abrangência de obra de arte por qualquer época, tem grande repercussão no Brasil. Por esta carta, abre-se um leque de opções, principalmente, ao inserir seu uso na lógica sócio-espacial presente. Para tanto, estabelece que deve ser feito projeto para a restauração de uma obra arquitetônica após exaustivo estudo, devendo contemplar diversos pontos de vista. Para tanto, espera-se que se estabeleça a análise de sua posição no contexto territorial ou no tecido urbano, dos aspectos tipológicos, das elevações e qualidades formais, dos sistemas e caracteres construtivos, etc., assim como dos eventuais acréscimos ou modificações (MIP, 1972).

Pensa-se na totalidade da obra, incorporando, em sua análise, a ambiência social, cultural e natural e todo o seu processo histórico e artístico, devendo, em sua elaboração, ter em mente a conservação do entorno urbano e paisagístico, mantendo as estruturas viárias e os edifícios existentes.

### **O Museu da Língua Portuguesa**

Ao estudar o confronto entre o prático-concreto e seus contextos ideológicos no Museu da Língua Portuguesa, observam-se distintas perspectivas. Como estação ferroviária, o local é impessoal, os funcionários são despreparados e se verifica. Em termos administrativos, a Companhia Paulista de Transporte Metropolitano – CPTM não apresenta qualquer interesse

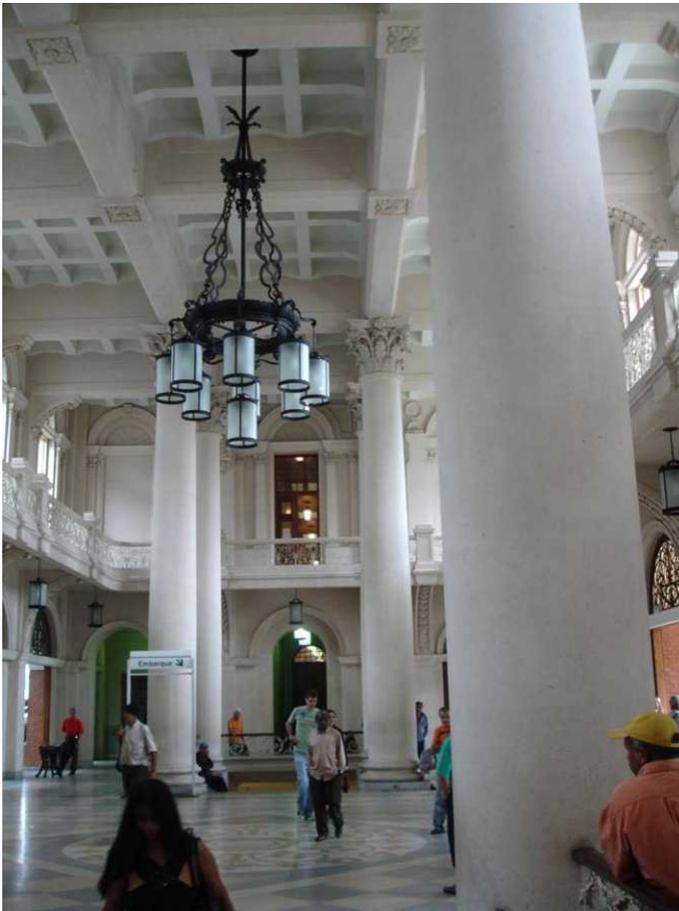
de relacionar a estrutura funcional com o patrimônio existente, caracterizando o local como plataforma de embarque e tratando com violência a presença de visitantes que queiram contextualizar tal local com o Museu. Desconsiderando que os mesmos participam da mesma edificação. No museu, por sua vez, os seus funcionários não têm qualquer compreensão do momento atual do entorno e do interior ferroviário, na formulação de lógicas museológicas com o prédio e o acervo. No prédio, uma equipe de profissionais treinados apresenta fragmentos da história, sem um eixo norteador que aborde o valor memorial e patrimonial do objeto arquitetônico e cultural, distanciando-se de uma relação que justifique o arquitetônico como abrigo deste acervo.

No acervo do Museu, o tema “construção da língua portuguesa” deixa bem clara, sua formação como identidade hegemônica, notada ao reconhecer a linha do dominante na formação de uma unidade nacional. Trabalha-se sob uma lógica imposta no período modernista, em que são apresentados o homem branco, os negros e os índios, como grupos majoritários formadores. Destes, ao primeiro atribui-se o papel de “dono da língua” como o vitorioso na formação da identidade, como colocado pelas escolas positivistas. Embora a exposição reconheça a migração européia e asiática, atribuindo a estes um papel alegórico distante do processo. Impõe, assim, o discurso pragmático iluminista da nação moderna, mesmo que disfarçado de valores da pós-modernidade, ao adotar a essência informacional e tecnológica. Porém, importante reforçar a distância do discurso da pós-modernidade, ao não propor uma desconstrução da identidade na reformulação de fragmentos de múltiplas identidades. Tal relação apresentada ignora os valores de uma sociedade múltipla e plural. Panorama que contrasta, assim, com a própria sociedade atual em suas complexidades e fragmentações, com o inerente momento atual, pós-moderno (JAMESON, 2006) e justificado como urbano (LEFEBVRÉ, 1974), em redes (CASTELLS, 2001), técnico-científico-informacional (SANTOS, 2004) e contemporâneo (URRY, 1996 e LASH e URRY, 1998).

O Ecletismo que justifica a riqueza do patrimônio arquitetônico e textual é descartado, (como proposto pelo CIAM, 1933). O café, por exemplo, poderia ser abordado na apresentação dos processos migratórios e civilizatórios e não apresentado, meramente, como elemento de uma relação de riqueza que importa costumes. Assim, seria possível formular uma tecnicidade sintética da interpretação do patrimônio, não por pragmatismo, mas por senso crítico, em que seja valorizada a sua riqueza de hoje, tão pouco compreendida, seria valorizada. O conceito da

ideologia moderna que tanto contribui para a não interpretação do patrimônio arquitetônico está marcadamente presente na ideologia do discurso apresentado, seja do visitante ao museu ao usuário ferroviário. Um famoso incêndio atribuído aos ingleses, antigos proprietários da Instituição Ferroviária do início do século, que poderia ser um elemento de contextualização da identidade das forças hegemônicas, poderia ser apontada textualmente na imposição do português pelo uso da língua aos milhões de aborígenes, africanos e imigrantes. Teriam, nestes objetos e sujeitos, associação necessária como elo para a compreensão da sociedade.

Fig. 7 – Interior do Museu da Língua Portuguesa



Autor: Pedro de A. Bittencourt CESAR: 2008

Mantém-se, assim, o lugar “calado”, ou seja, sem uma interpretação digna de sua riqueza histórica e cultural. Entre as opções de resgate ou de construção memorial da formação econômica, tem-se sua antiga sala de embarque, descontextualizada, em suas relações sociais de períodos anteriores, com às paredes brancas, em uma infeliz associação ao branco dos

prédios clássicos gregos, hipótese já derrubada há tempo (Fig.7). Para tal, podem ser utilizadas inúmeras técnicas e não queremos entrar neste mérito.

Porém, espera-se que se rompa com a ideologia presente, usada, há décadas no país. Esperamos reforçar que existe, sim, uma sociedade que questiona, somente não são vozes ouvidas nas decisões a respeito das formas de interpretar o patrimônio e conseqüentemente, de compreender toda uma sociedade.

### Referência Bibliográfica

- BRASIL. Governo Federal. *Constituição do Brasil*. Rio de Janeiro: 1934.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a rede de informação, economia, sociedade e cultura*. Vol. 1 5ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CESAR, Pedro de Alcântara Bittencourt César. *As representações do espaço arquitetônico: uma proposta metodológica aplicada ao centro histórico da cidade de São Paulo*. Doutorado, DG-FFLCH-USP. São Paulo, 2007
- CIAM. Carta de Atenas, Atenas: 1933.
- CICOP. Carta de Mar del Plata, Mar del Plata: 1997.
- ELIS. Isis Baldini. *Conservação e restauro de obras de arte em suporte de papel*. Dissertação, ECA-USP, São Paulo, 2002.
- ENCONTRO DE GOVERNADORES. Compromisso de Brasília. Brasília: 1970
- ENCONTRO DE GOVERNADORES. Compromisso de Salvador. Salvador: 1971
- EIA. Carta de Machu Picchu. Machu Picchu: 1977.
- ESCRITÓRIO DOS MUSEUS DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES. Carta de Atenas, Atenas: 1931.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. A fase 'heróica' In. \_\_\_\_\_. O patrimônio em processo. Rio de Janeiro: UFRJ / IPHAN, 1997. Cap. 3, p. 85-146.
- ICOMOS. *Carta de Veneza*. Veneza: 1964.
- ICOMOS. *Carta de Burra*. Burra Austrália: 1980.
- ICOMOS. *Carta de Washington*. Washington: 1986.
- ICOMOS. *Declaração do México*. México: 1985.

- ICOMOS. *Declaração de Xi'an sobre la estrutura del entorno de las estructuras, sítios y areas patrimoniais*. Xi'an, 2005.
- JAMERSON, Fredric. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006
- LASH, Scott e URRY, John. *Economías de signos y espacio: sobre el capitalismo de la pos organización*. Buenos Aires: Amorrortu, 1998.
- LEFEBVRÉ, Henri. *The production of space*. Oxford & Cambridge: Blackwell, 1974
- LUSO, Eduarda. LOURENÇO, Paulo B. e ALMEIDA, Manuela. Breve história da teoria da conservação e do restauro. *In. Revista de Engenharia Civil da Universidade do Minho*. Minho: UM, Portugal, n.20, 2004, pp.31-44.
- MIP. *Carta de Restauro*. Roma: 1972.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo: Razão e emoção*. 4ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- OEA. *Norma de Quito*. Quito: 1967.
- OEA. *Resolução de São Domingos*. São Domingos: 1974.
- PELLEGRINI FILHO, Américo. *Ecologia, cultural e turismo*. Campinas: Papirus, 1997
- SALCEDO, Rosio Fernández Baca. *A reabilitação da residência nos centros históricos da América Latina: Cusco e Ouro Preto*. São Paulo: EdUnesp, 2007.
- UNESCO. *Documento de Nova Delhi*. Nova Delhi, 1956.
- UNESCO. 15º Seção da Conferência Geral. Paris: 1968.
- UNESCO. 19º Seção da Conferência Geral. Paris: 1976
- UNESCO. *Declaração de Paris*. Paris: 2003.
- URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens na sociedade contemporâneas*. (The tourism gaze: leisure and travel in contemporary societies – 1990). São Paulo: Nobel, 1996.